

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Jorge Fialho Faustino, com domicílio profissional na Rua da Capela, 14, 2475-109 Benedita.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 21 de Novembro de 2007, pelas 14 horas e 15 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

7 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Joana de Castro da Silva Oliveira*. — O Oficial de Justiça, *Isabel dos Santos V. Miguel*.

2611048869

TRIBUNAL DA COMARCA DO SABUGAL

Anúncio n.º 6465/2007

Credor — José Antunes Pereira.

Devedor — Adelino Martins.

Nos autos de insolvência pessoa singular n.º 80/06.5TBSBG em que é insolvente Adelino Martins, acabador de madeiras, casado, nascido em 23 de Outubro de 1953, concelho de Castelo Branco, NIF 135914698, bilhete de identidade n.º 4370761, com endereço na Rua do Marquês de Pombal, 47, Aldeia de Santo António, 6320-382 Sabugal; e administrador da insolvência António Ramos Correia, com endereço na Rua de Mateus Fernandes, 135, 1.º, B, apartado 521, 6200-142 Covilhã.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente para satisfação das custas do processo e das restantes dívidas.

Efeitos do encerramento: artigo 233.º do CIRE.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

16 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Mariana Roque Ferreira Leite Caetano*. — O Oficial de Justiça, *Georgina Proença*.

2611048801

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Anúncio n.º 6466/2007

Prestação de contas (liquidatário) Processo n.º 309/03.1TBSJM-E

Liquidatário judicial — Emília Manuela.

Requerido — Primus — Componentes para Calçado, L.^{da}

A Dr.^a Ana Cláudia Nogueira, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelos liquidatários (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

10 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Cláudia Nogueira*. — O Oficial de Justiça, *Maria Georgina Reis Bastos*.

2611048861

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Anúncio n.º 6467/2007

Prestação de contas (liquidatário) Processo n.º 284/06.0TBSJM-F

Insolvente — VIARIL — Confecções, L.^{da}

O Dr. Carlos Alberto Casas Azevedo, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

4 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Carlos Alberto Casas Azevedo*. — O Oficial de Justiça, *Francisco Manuel Silva*.

2611048684

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Anúncio n.º 6468/2007

O Dr. Jorge Manuel da Silva Rosas de Castro, juiz de direito do 4.º Juízo deste Tribunal, faz saber que no processo de prestação de contas (liquidatário) registado sob o n.º 344-T/2002, em que é falida UIC — União Industrial de Calçado, L.^{da}, número de identificação fiscal 501613552, com endereço na Zona Industrial n.º 1, Apartado 227, São João da Madeira, 3700 São João da Madeira, são os credores notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

5 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel da Silva Rosas de Castro*. — O Oficial de Justiça, *José Armando Almeida*.

2611048865

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TONDELA

Anúncio n.º 6469/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 262/07.2TBTND

Requerente — Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Insolvente — Tourigo & Valente, L.^{da}

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Tondela, no dia 4 de Setembro de 2007, pelas 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Tourigo & Valente, L.^{da}, número de identificação fiscal 501679936, com sede no Caramulo, 3475 Caramulo.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Teresa Alegre, Rua do Mercado, bloco 3, 2.º, direito, apartado 204, 3781-907 Anadia.

São administradores/gerentes do devedor Marcos Valente da Silva, Avenida de Amália do Vale, 188, 3460-543 Tondela, e António Marques Carrapiço, número de identificação fiscal 140387145, Rua de Amália do Vale, 188, 3460-543 Tondela, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do anúncio no *Diário da República*.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

5 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *José Joaquim Martins*. — O Oficial de Justiça, *Rui Nunes*.

2611048786

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 6470/2007

Prestação de contas administrador (CIRE)
Processo n.º 119/07.7TYVNG-C

Insolvente — Luísa Figueiredo & C.ª, L.ª
Presidente com. credores — NORTECOOPE — Cooperativa de Habitação Económica, C. R. L., e outro(s).

O Dr. Paulo Fernando Dias Silva, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Luísa Figueiredo & C.ª, L.ª, número de identificação fiscal 505255600, com endereço na Praceta da NORTECOOP, 12, Gueifães, 4470-000 Maia, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

4 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Susana Cruz*.

2611048694



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

Despacho (extracto) n.º 22 313/2007

Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 18 de Julho de 2007, foi autorizada a nomeação definitiva de Maria Teresa da Conceição Costa como professora-adjunta, com efeitos a partir do dia 8 de Setembro de 2007, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 9 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185, da tabela remuneratória do pessoal docente do ensino superior politécnico, no valor de € 1921,51. (Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redacção da Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto.)

13 de Setembro de 2007. — A Secretária, *Cristina Maria Santos*.

Despacho (extracto) n.º 22 314/2007

Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 18 de Julho de 2007, foi autorizada a nomeação definitiva de José Pedro de Aboim Borges como professor-adjunto, com efeitos a partir do dia 8 de Setembro de 2007, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 9 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185, da tabela remuneratória do pessoal docente do ensino superior politécnico, no valor de € 1921,51. (Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redacção da Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto.)

13 de Setembro de 2007. — A Secretária, *Cristina Maria Santos*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Contrato (extracto) n.º 972/2007

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 4 de Setembro de 2007, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 21 de Outubro de 2007, a auferir a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 140, da mestre Rosanna Maria Barros Sá.

13 de Setembro de 2007. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

Despacho (extracto) n.º 22 315/2007

Por despacho do pró-reitor, proferido por delegações de competência de 24 de Agosto do corrente ano, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 2 a 8 de Setembro de 2007, à mestre Isabel Maria Loureiro de Robored Seara, assistente com contrato administrativo de provimento na Universidade Aberta (UAb). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Cas-tanho Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 22 316/2007

Por despacho do pró-reitor, proferido por delegações de competência de 24 de Agosto do corrente ano, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 1 a 7 de Setembro de 2007, à Doutora Maria do Rosário Sampaio Soares de Sousa Leitão Lupi Belo, professora auxiliar, de nomeação provisória, com contrato administrativo de provimento na Universidade Aberta (UAb). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Cas-tanho Ribeiro*.